



PROJETO CIDADANIA COM ALUNOS DO SOCIOEDUCATIVO: EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Jussara Resende Costa Santos
Rafael Silva Oliveira
Francisca Edivânia Gadelha Dias
Universidade de Gurupi (UNIRG)

Resumo: O presente relato de experiência foi realizado em parceria com a instituição socioeducativa no município de Gurupi-TO. A proposta é contínua, pois é um projeto de extensão curricularizada, aprovado em EDITAL DE APOIO INSTITUCIONAL A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO - 001/ 2022-2023 – PROECAE/UNIRG. O projeto tem como objetivo geral envolver os alunos dos cursos de Letras, Pedagogia e Educação Física da UnirG, como protagonistas, em atividades sociais com os socioeducandos da Semiliberdade. A metodologia didática visa trazer os alunos do socioeducativo para a UnirG para participarem de oficinas envolvendo atividades filosóficas, literárias, culturais, de lazer, esportiva, de inclusão social, bem como voltadas ao empreendedorismo e mercado de trabalho de acordo com as demandas da unidade articulando as disciplinas de Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, Didática, Língua Portuguesa, e Libras. A proposta é interdisciplinar e interprofissional e busca contribuir para a promoção da inclusão social de alunos do socioeducativo e com o processo de transformação social”.

Palavras-chave: Práticas educativas, inclusão social, Socioeducativo.

Introdução

A ressocialização é um processo que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são oportunizados a fazê-lo. Conforme Pimenta (2002) afirma que as ações utilizadas no campo da educação social objetivam a socialização das pessoas, fazendo com que elas consigam superar as diversas situações conflituosas. São inúmeras as possibilidades de atuação da educação social, e essa se torna uma ciência sistemática, uma vez que suas teorias organizam o trabalho dos diversos profissionais, sejam em instituições socioeducativas, ONG's - Organização não Governamentais ou no sistema prisional.

Sabemos que Educação é um direito fundamental estabelecido na Constituição Federal de 1988, já no seu artigo 6º, que dispõe: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. No Título da Ordem Social, Art. 205 a 214, é descrito o dever do Estado e da família de incentivar e promover a Educação, e define as competências



constitucionais da educação na medida em que vai definindo os atores-agentes ou coadjuvantes nos processos educativos previstos na legislação do ensino, visando o desenvolvimento da pessoa, no exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho. A Carta Magna também inovou no que diz respeito a proteção à criança e adolescente, ao adotar a Doutrina da Proteção Integral, tornando-os pessoas em especial condição de desenvolvimento, merecedoras da proteção integral do Estado, da família e da sociedade (BRASIL, 1988).

A ideia de reconhecer proteção especial para à criança e ao adolescente não é nova, surgiu com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e se consolida por completo na Convenção dos Direitos de Criança em 1989. O Artigo 26 da DUDH torna também obrigatória a educação primária gratuita para todo ser humano. Barbosa (2003) afirma que em Direitos Humanos a educação é essencial para a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana e construção de um sistema de valores compartilhados como de liberdade, justiça, igualdade, cooperação, tolerância e paz. Para tanto, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou, em 10 de dezembro de 2004, o Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos que é uma iniciativa para que a educação assuma três papéis fundamentais: Ser permanente, continuada e global; ser necessariamente voltada para mudanças; ser uma manifestação de valores. (BRASIL, 2003).

Dessa maneira para facilitar o cumprimento das diretrizes traçadas em termos de direitos humanos mundiais e também federativos relacionados a criança e ao adolescente, instituiu-se pela Lei nº 8.069, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tem por objetivo “[...] a proteção integral da criança e do adolescente, de tal forma que cada brasileiro que nasce possa ter assegurado seu pleno desenvolvimento, desde as exigências físicas até o aprimoramento moral e religioso”. (CURY, 2005, p. 17).

O ECA define: o Direito a Vida e a Saúde; o Direito a Liberdade, ao Respeito e a Dignidade; o Direito a Convivência Familiar e Comunitária; o Direito a Educação, a Cultura, ao Esporte e ao Lazer; o Direito a Profissionalização e a Proteção no Trabalho. Estabelece também parâmetros para a definição do tratamento jurídico destinado a crianças e adolescente, assegurando a proteção para os que cometem ato infracional, uma vez, que o fato de estar cumprindo uma medida socioeducativa não faz com que deixem de ser titulares de direitos (BRASIL, 1990).

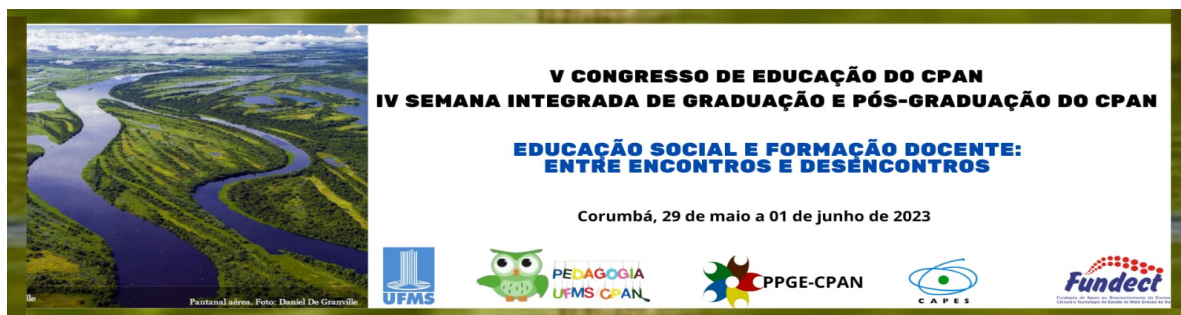


Nesse sentido faz-se necessário abordar outro instrumento de tutela no direito do adolescente, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei nº 12.594, em 2012, pode ser compreendido como um conjunto sistemático de princípios, critérios e regras que regem a execução de medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente autor de ato infracional. Com sua base nos princípios de direitos humanos o SINASE busca efetivar as medidas socioeducativas como políticas de responsabilização e proteção aos adolescentes, objetivando a reintegração social por meio da ressocialização, proporcionando acesso a oportunidades de superação da situação atual de exclusão e acesso a suportes instrumentais e pedagógicos para a formação de novos valores para o bem comum e participação social. Nesse propósito de formar os indivíduos para a vida social no exercício da Cidadania, encontra-se as ações socioeducativas que se aproveita da educação prover a autonomia física e intelectual dos adolescentes (SINASE, 2006).

O presente projeto de extensão curricularizada encontra-se articulado ao Projeto “Guarda Chuva” de Extensão “Filosofia, Literatura e Cinema” e tem como objetivo geral envolver os alunos dos cursos de Letras, Pedagogia e Educação Física da UnirG, como protagonistas, em atividades sociais com os socioeducandos do Semiliberdade. Como objetivos específicos propõe-se a conhecer a organização e o funcionamento do socioeducativo e as atividades desenvolvidas pelos educadores sociais, fundamentar teoricamente os alunos sobre conteúdos curriculares e temas transversais que possibilitarão a realização de práticas educativas com os adolescentes do socioeducativo, realizar oficinas com os alunos dos cursos de Pedagogia, Letras e Educação Física para que eles possam realizar as oficinas e atividades com os adolescentes do socioeducativo contribuindo para a inclusão social e a promoção da cidadania, participar de discussões e desenvolver atividades filosóficas, literárias, culturais, de lazer, esportivas e de inclusão social, empreendedorismo e mercado de trabalho com os adolescentes do socioeducativo.

Desenvolvimento

O presente Projeto de Extensão Curricularizada foi desenvolvido em parceria com o Curso de Educação Física, Letras e Pedagogia, nos meses de setembro a novembro do ano de 2022. O projeto envolve as áreas temáticas da Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos



Humanos e Justiça, Educação, Tecnologia tendo como Linha de Pesquisa do Curso: Linha 1: Diversidade, Inclusão e Inovações Pedagógicas e Linha 3: Formação Professoral e Práticas Educativas. Os Cursos envolvidos na proposta são: Letras, Pedagogia e Educação Física Disciplinas envolvidas na proposta: Sociologia da Educação e Filosofia da Educação (Professor Mestre Rafael Oliveira), Didática (Professora Dra. Jussara Resende), Língua Portuguesa (Professora Mestra Ilka Araujo), Libras (Professora Especialista Francisca Edivânia).

As disciplinas e professores envolvidos no projeto articularão interdisciplinarmente com os alunos as atividades a serem desenvolvidas com os alunos do Socioeducativo.

As oficinas serão realizadas com os alunos, embasando-se em alguns livros como: “Aprendendo a ser e a conviver” (SERRÃO; BALEEIRO, 1998), Cidadão de Papel (DIMENSTEIN, 2017), Orientações Curriculares: Caderno de orientação pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos em prisões (REDE ESTADUAL DE ENSINO PERNAMBUCO, 2018), Guia de orientações pedagógicas (TOCANTINS, 2020), Cinema na cela de aula: o uso de filmes no Ensino de Biologia para EJA prisional (CAVALCANTI, 2011), Currículo em ação- Projeto de Vida (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021), Ensino Integral- Projeto de Vida (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014), Educação para a vida (ALTENFELDER, 2020) Empreendedorismo (SEBRAE).

Sabe-se que a ressocialização é um processo que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são oportunizados a fazê-lo. Conforme Pimenta (2002) afirma que as ações utilizadas no campo da educação social objetivam a socialização das pessoas, fazendo com que elas consigam superar as diversas situações conflituosas. São inúmeras as possibilidades de atuação da educação social, e essa se torna uma ciência sistemática, uma vez que suas teorias organizam o trabalho dos diversos profissionais, sejam em instituições socioeducativas, ONG's - Organização não Governamentais ou no sistema prisional.

Nesse sentido, para cada uma das disciplinas envolvidas foi designado uma vertente a ser trabalhada com os internos do Socioeducativo. Foram realizadas sensibilizações com os alunos das licenciaturas, em duas etapas distintas. A primeira ocorreu com os acadêmicos em sala de aula, sob a direção das Professoras Jussara e Ilka Araújo, em que foi feita a exposição sobre o que é a Extensão Curricularizada, bem como sobre a responsabilidade de



cada grupo de acadêmicos dos cursos envolvidos.

Esta foi a segunda etapa ocorreu no ambiente do Socioeducativo em Gurupi– TO, juntamente com a equipe interna do Socioeducativo: Coordenadora Pedagógica e corpo técnico e equipe da UNIRG: Professoras Francisca Edivania, Ilka Araújo e Jussara Resende, além de uma acadêmica. Na ocasião foi feita a exposição do Projeto de Extensão Curricularizada e todas as etapas a serem executadas, estando ambas as partes em acordo com a proposta e fazendo os ajustes necessários para o desenvolvimento.



O Primeiro momento com os internos foi no dia 03/10/22 com a apresentação de toda a instituição do Campus 1 para os internos, feito o acordo interno sobre as atividades a ocorrerem, cadastro de e-mail dos internos; abertura de conta na Plataforma Digital disponível em: <https://eskadauema.com/>. Para ambientação na plataforma e conhecimento sobre os cursos e forma de execução). Nesse momento foi dada tanto aos discentes (monitores) quanto aos internos do Socioeducativo sobre as regras tanto dos cursos quanto da postura dentro do LABTAU.

No dia 17/10/22 com a execução do primeiro curso na plataforma. Nesta data os acadêmicos monitores foram designados em dupla para estarem dando o suporte aos internos. Nesse dia os internos iniciaram as etapas escolhidas por eles. Realizaram os primeiros módulos e foram instruídos a continuarem em suas casas, já que no final de semana eles voltam aos seus lares, onde tem acesso à internet e computador. Continuação da aplicação da participação nos cursos digitais, monitorados pelos discente e executado pelos internos. Os internos continuaram os cursos digitais escolhidos, sendo que um deles conseguiu concluir seu primeiro curso e receber a certificação; o que consideramos uma primeira vitória, muito comemorada pelos



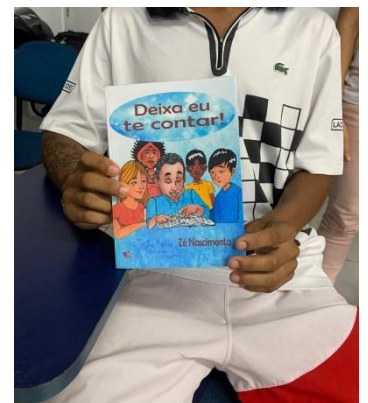
acadêmicos.



Segundo a Unesco (2016), a educação deve ser integrada e humanista pelo desenvolvimento de competências para o viver em sociedade, tornando-se um caminho viável para a formação de pessoas capazes de responderem às transformações e desafios da atualidade. Os quatro pilares da educação para o século XXI - aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer precisam ser incorporados às práticas educativas.

No dia 11/10/22 foi a abordagem em educação estética com os acadêmicos e os jovens para falar sobre cidadania. No dia 18/10/22 foi a produção de cordel, fotos, vídeos, colagens e afins para se pensar sobre a liberdade enquanto condição necessário à cidadania.

No dia 24/10/2022 foi trabalhado o tema Identidade trazendo reflexões sobre ser super heróis de nós mesmos. Foi cinema com pipoca trazendo um filme de super heróis refletindo o nosso papel na construção da nossa identidade social e cultural. Nesse dia os adolescentes, ao final da atividade, ganharam livros infanto juvenis para leitura.



As políticas de Ensino para graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial



e ensino a distância (EAD), tem os pilares fundamentados nos valores estabelecidos pela UnirG (Excelência, Ética, Transparência, Inovação e Responsabilidade Social e Ambiental) e que estão inseridos nos quatro pilares da educação ao longo da vida: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer (DELORS, 1999) e que relacionam-se com os eixos temáticos que nortearão as políticas da UnirG (senso de pertinência, tecnologia, empreendedorismo e metodologias ativas, responsabilidade social e ambiental) e que se encontram interrelacionadas no quadro abaixo:

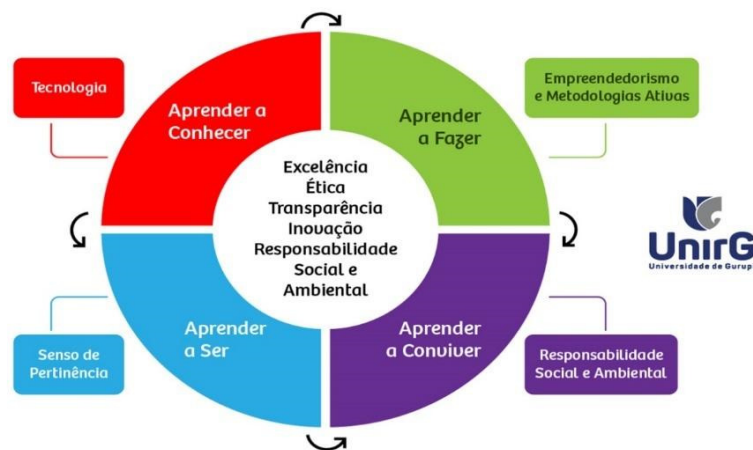


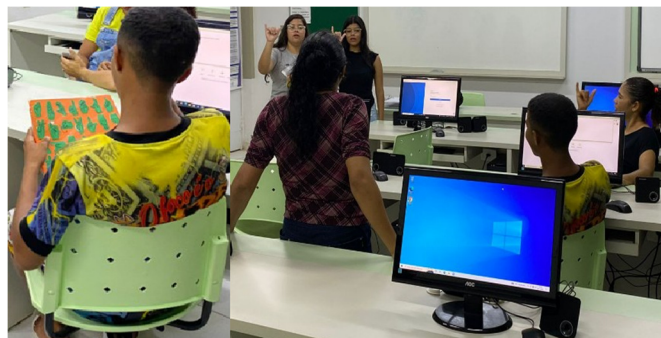
Imagem 1 - Relação dos Valores da UnirG e os 4 Pilares da Educação para o século XXI, resultando em eixos temáticos que nortearão as políticas da IES. Fonte: Elaborado pela equipe da PGRAD.

O senso de pertinência reflete a essência comunitária da Instituição e é materializado por meio da interlocução profunda com a sociedade e seus atores institucionais, no sentido de contribuir ativamente para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental da comunidade e da região onde está inserida.

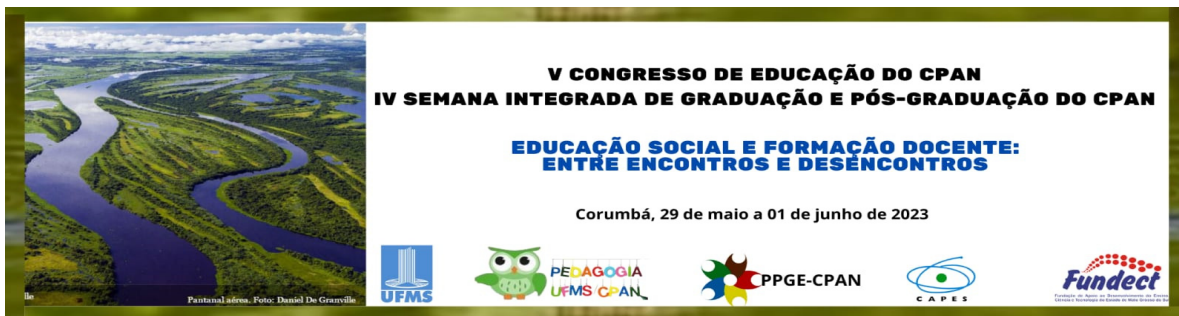
No dia 31/10 foi dia de esporte e lazer com a ida ao “Tô na Areia”, uma arena em que se joga Beach Tênis. Os alunos de educação física prepararam uma aula para o desenvolvimento da oficina.



No dia 16/11/2022 foi feita uma oficina de libras trabalhando a questão da inclusão social e o respeito às diferenças. Trabalhou-se os seguintes vídeos: <https://www.youtube.com/watch?v=TiWRkoEwMlg> Vídeo Léo Castilho. Sou surdo e não mudo, <https://www.youtube.com/watch?v=fYaXJXf60gU> Alfabeto em Libras.



No dia 21/11/22 foi realizada uma palestra com o tema Empreendedorismo em parceria com o SEBRAE, também foi feito pelos adolescentes o curso de cabeleireiro com certificação e lanche ao final patrocinado pelo SEBRAE.



No dia 30/11/22 foi apresentado um teatro com o tema Educação como Direito pelos alunos das licenciaturas para culminância do projeto no semestre.



Considerações parciais

Verificou-se que o projeto se justifica nos âmbitos social, institucional e acadêmico. No âmbito social o projeto contribuirá para a promoção da inclusão social dos socioeducandos. No âmbito acadêmico a relevância consiste na produção de novos conhecimentos, senso de responsabilidade social e cidadã, competências que permitem atuarem em diversas áreas da sociedade. Atenderá o cumprimento da legislação relacionada a extensão curricularizada articulando de forma interdisciplinar e intercursos. Já no âmbito institucional o projeto é relevante, pois fortalecerá a parceria da UnirG com o socioeducativo, ampliando a participação com a comunidade externa e visando o processo de ressocialização dos socioeducandos.

Percebe-se a importância do projeto para os adolescentes do socioeducativo e para os



alunos das licenciaturas na perspectiva da responsabilidade social e de serem protagonistas do processo de ensino e de aprendizagem, para a formação dos acadêmicos com visão holística.

Segundo relatos da coordenadora do socioeducativo faz-se necessário dar continuidade as atividades de extensão curricularizada com os adolescentes do socioeducativo, pois verificou-se a motivação e dedicação dos adolescentes na realização de todas as atividades. Em 2023/1 novas oficinas estão sendo desenvolvidas com os adolescentes do socioeducativo.

Referências

ALENCAR, Vitor. **Considerações acerca da Lei do SINASE**. Justiça juvenil, 2014.

ALTENFELDER, Anna Helena. **Educação para a vida- Projeto de Vida**. 2020.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Formação de Educadores: desafios e Perspectivas**. São Paulo. Editora UNESP, 2003.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. (2003), **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília-DF: Senado Federal: Secretaria de Editoração d Publicações – SEGRAF. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CALIMAN, G. Pedagogia social, relações humanas e educação. In: MAFRA, J. F.; BATISTA, J. C. F.; BAPTISTA, A. M. H. **Educação básica: concepções e práticas**. São Paulo: BT Acadêmica. 2015. p. 187-203.

CANDAU, Vera. **A Didática em questão**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CAVALCANTI, Elisângela Caldas Braga. **Cinema na cela de aula: o uso de filmes no Ensino de Biologia para EJA prisional**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências). Universidade de Brasília, 2011.



CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 7. ed. revista e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2005.

DELLORS, Jacques e outros. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/ Brasília: MEC: UNESCO, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil** 24.ed. - São Paulo : Ática, 2012.

GUIA DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS. Tocantins, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2010.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Caderno de Orientação Pedagógica para Educação de Jovens e Adultos em Prisões**, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. Para uma re-significação da Didática – ciências da educação, pedagogia e didática (uma revisão e uma síntese provisória). In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 19-76.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (org.). **Didática – embates contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2010. p. 75-99.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL UNIRG- PDI. 2019-2023.

SEBRAE. **Empreendedorismo**. ©2013. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

SERRÃO BALEEIRO. **Projeto Aprendendo a ser e a conviver**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.

TRILLA, J. L. **“Aire de Família” de la pedagogia social**”. **Tempo de Educação**. 15. ed., 1996.